



“Pacifismo para quem?”: uma análise histórica da violência e da cidadania seletiva no Brasil

Lucas Matheus Araujo Bicalho
Mestre em História (UNIMONTES)

 <https://orcid.org/0009-0009-8327-6689>

Luís Fernando de Souza Alves
Mestre em Arqueologia das Paisagens Culturais (UJA)

 <https://orcid.org/0000-0002-8116-3922>

Guilherme Carvalho Vieira
Mestrando em História (UNIMONTES)

 <https://orcid.org/0000-0001-7949-4530>

Resumo

O mito de que a sociedade brasileira é pacifista é um discurso simbólico que pode ser usado para a manutenção de desigualdades estruturais no país. A imagem da nação como cordial e avessa a conflitos foi forjada para encobrir uma formação social alicerçada na violência colonial, no escravismo e na repressão estatal. Esta pesquisa, que adota uma abordagem qualitativa, tem cunho histórico-analítico e é fundamentada em uma revisão bibliográfica que articula História Social e Teoria Crítica. Em diálogo com intérpretes do Brasil, como Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda, e teóricos sociais como Michel Foucault e Silvia Federici, argumenta-se que o pacifismo brasileiro não constitui algo real, senão um dispositivo de poder e controle social. A narrativa de conciliação busca legitimar uma modernização excludente e uma cidadania seletiva, transformando dissenso político em ameaça à ordem, além de naturalizar violências contra grupos subalternizados. O discurso da paz atua como mecanismo de despolitização e silenciamento, impedindo o reconhecimento do conflito como dimensão legítima da vida democrática e perpetuando hierarquias de raça e classe.

Palavras-chave

Pacifismo Brasileiro; Violência Estrutural; Identidade Nacional; Cidadania Seletiva; História Social.

Abstract

The myth that Brazilian society is pacifist is a symbolic discourse that can be used to maintain structural inequalities in the country. The image of the nation as cordial and averse to conflict was forged to cover up a social formation based on colonial violence, slavery, and state repression. This research, which adopts a qualitative approach, is historical-analytical in nature and is based on a bibliographic review that articulates Social History and Critical Theory. In dialogue with Brazilian interpreters such as Florestan Fernandes, Caio Prado Júnior, and Sérgio Buarque de Holanda, and social theorists such as Michel Foucault and Silvia Federici, it is argued that Brazilian pacifism is not something real, but rather a device of

power and social control. The narrative of conciliation seeks to legitimize exclusionary modernization and selective citizenship, transforming political dissent into a threat to order and naturalizing violence against subaltern groups. The discourse of peace acts as a mechanism of depoliticization and silencing, preventing the recognition of conflict as a legitimate dimension of democratic life and perpetuating hierarchies of race and class.

Keywords

Brazilian Pacifism; Structural Violence; National Identity; Selective Citizenship; Social History.

Introdução

Longe de se tratar apenas de uma provocação inicial, a pergunta contida no título deste artigo convida a problematizar a ideia de que o Brasil é um país pacífico. Uma nação pacífica não se define apenas pela ausência de guerras internacionais ou por estar alijada de grandes conflitos armados. O caso brasileiro evidencia que a suposta paz externa coexistiu historicamente com formas intensas e contínuas de violência interna. Ao contrário de uma imagem romantizada, o Brasil não é um lugar onde impera a paz. A história da formação brasileira é marcada pelo oposto da paz. Uma análise atenta para essa sociedade e suas dinâmicas sociais, políticas e econômicas indica a prevalência da violência que segue operando no presente. Dentro desse quadro, o pacifismo tem papel narrativo funcional, algo construído para encobrir desigualdades persistentes, violências sistemáticas e silenciamentos históricos que sustentam a ordem social no Brasil.¹

As desigualdades, longe de constituírem exceções ou distorções pontuais, configuram o eixo em torno do qual a sociedade brasileira se organizou. Concentração de renda, racismo e exclusão política são fundamentos do projeto nacional. Segundo Lilia Schwarcz e Heloísa Starling,² o Brasil construiu uma ideia de modernidade que conviveu sem grandes constrangimentos com a permanência de práticas herdadas do escravismo, naturalizando hierarquias e produzindo uma cidadania seletiva. A violência social não se apresenta como

¹ BICALHO, Lucas Matheus Araujo. *Entre a demonização e a romantização: a construção jornalística de Suzane von Richthofen na Folha de São Paulo e no Correio Braziliense (2002–2006)*. 2025. 220 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Montes Claros, Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Montes Claros, 2025.

² SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ruptura da ordem, mas como condição de sua manutenção, afetando os mesmos grupos sociais, especialmente a população negra e pobre, relegada às margens da proteção do Estado.

Ao longo do tempo, esse quadro foi sendo reafirmado por um processo de modernização excludente, que ampliou direitos formais sem enfrentar as bases materiais da desigualdade. Florestan Fernandes³ afirma que a incorporação dos setores subalternizados à sociedade de classes ocorreu de modo assimétrico, perpetuando relações de dependência e vulnerabilidade. Caio Prado Júnior,⁴ por sua vez, destacou que a estrutura da formação social brasileira esteve orientada por interesses restritos, incapazes de produzir um projeto efetivamente inclusivo de nação. A permanência dessas mazelas, visíveis no acesso desigual à educação, à justiça e à segurança, evidencia que a ideia de pacifismo se sustenta à custa do silenciamento dos conflitos sociais. Ao mascarar tensões, o discurso de paz busca naturalizar desigualdades históricas e a exclusão.

No Brasil contemporâneo, o mito da nação pacífica persiste no imaginário social e coletivo, mesmo diante de indicadores de violência e desigualdade. A naturalização da letalidade policial, o encarceramento em massa e a criminalização da pobreza revelam um padrão de violência seletiva e socialmente direcionada. Esses fenômenos costumam ser tratados como desvios pontuais ou problemas de segurança pública, não como expressões de uma estrutura social desigual. De acordo com Lilia Schwarcz,⁵ o país construiu uma narrativa confortável sobre si, capaz de conviver com índices alarmantes de exclusão sem ir contra a ideia de cordialidade e harmonia que sustenta sua autoimagem. Esse pacifismo atua como mito mobilizador, comprometido com a preservação de uma ordem que vai contra os mais pobres.

Esse mito também deslegitima o conflito social. Manifestações, greves e reivindicações por direitos são classificadas como ameaças à paz e à estabilidade, reforçando a noção de que o dissenso é incompatível com a identidade nacional. Essa lógica inverte responsabilidades históricas, como a desigualdade, que não mais é considerada violência. O ato de contestar passa a ser visto como ruptura da ordem.⁶ Ao insistir na imagem de um país pacífico, o imaginário coletivo contribui para silenciar conflitos e impedir a construção de uma memória crítica sobre o presente. Assim, o suposto pacifismo brasileiro, mais do que um

³ FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2008.

⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2011.

⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

⁶ PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2022.

traço cultural, é um dispositivo que organiza percepções, delimita quem pode reivindicar direitos e mantém intacta a distância entre a promessa de paz e a experiência concreta de grande parte da população.

O problema de pesquisa histórico que se propõe, portanto, é formulado a partir da contradição entre a autoimagem do Brasil como uma nação pacífica e a persistência histórica de violências e desigualdades. O país é marcado por violências e pela manutenção de um mito de pacifismo. Escravidão, repressão estatal, exclusão social e altos índices de violência vão contra a ideia de um país pacífico. O discurso do pacifismo funciona como mecanismo de apagamento de conflitos sociais, transformando violência em normalidade e dissenso em ameaça à ordem.

O objetivo desta pesquisa é analisar a constituição histórica do mito do pacifismo brasileiro, com seus usos simbólicos e políticos na legitimação de relações desiguais de poder, e normalização da violência social seletiva que busca silenciar disputas que atravessam a formação e a experiência histórica do país. Para cumprir tal objetivo, a pesquisa faz uso de uma metodologia qualitativa, com orientação histórica e analítica voltada ao exame das condições sociais e políticas que moldaram determinadas interpretações sobre a experiência brasileira.

O procedimento central consiste no estudo crítico de produções, registros e enunciados com expressões de disputas simbólicas em torno da identidade nacional.⁷ A análise é desenvolvida a partir da história social e da teoria crítica, buscando observar como certas leituras do passado ganharam legitimidade, foram incorporadas ao senso comum e passaram a orientar práticas e percepções coletivas. Essa metodologia privilegia a reconstrução interpretativa dos sentidos atribuídos à ideia de pacifismo e atenta a seus efeitos históricos e políticos na organização das relações sociais no Brasil.

Trata-se de um trabalho que se justifica pela necessidade de revisar criticamente uma narrativa naturalizada sobre a identidade nacional brasileira, ao investigar o mito do pacifismo como elemento constitutivo e funcional da organização social e política do país. Sua contribuição reside em demonstrar que essa representação distorce a leitura do passado e atua como dispositivo que legitima hierarquias históricas, normaliza práticas de violência seletiva e restringe o reconhecimento do conflito como dimensão legítima da vida social. Ao

⁷ REIS, José Carlos. Os Annales: a renovação teórico-metodológica e utópica da história pela reconstrução do tempo histórico. In: *História e história da educação: o debate teórico metodológico atual*. Campinas: HISTEDBR, 1998.

evidenciar efeitos históricos e contemporâneos dessa construção discursiva, o estudo amplia o debate historiográfico sobre formação nacional, memória e poder, oferecendo subsídios analíticos para compreender como imagens coletivas operam na manutenção das desigualdades e na despolitização das disputas sociais no Brasil.

1. Percursos teóricos e metodológicos: caminhos percorridos

Ao iniciar uma pesquisa, múltiplos caminhos podem surgir ao longo do percurso investigativo, visto que pesquisadores buscam responder ao problema de estudo proposto. O caminho escolhido corresponde ao conjunto de procedimentos e estratégias mobilizados para alcançar determinados objetivos analíticos. Portanto, este estudo, como já mencionado, caracteriza-se por sua abordagem qualitativa, orientada pela interpretação crítica das fontes e produção de novos conhecimentos, contribuindo para o avanço do debate científico.⁸

A partir da análise de livros, artigos publicados em periódicos científicos e outros documentos relacionados ao tema investigado, estabelecem-se conexões teóricas e historiográficas presentes em diferentes produções. Essa escolha permitiu identificar continuidades, rupturas e disputas interpretativas em torno da construção do mito do pacifismo brasileiro. Em um primeiro momento, realizou-se um levantamento da literatura especializada, com ênfase em produções que discutissem a ideia de pacifismo no Brasil e as representações sociais que associam a sociedade brasileira a uma identidade supostamente pacífica.

A pesquisa bibliográfica foi conduzida em bases de dados, tais como *SciELO*, *Google Acadêmico*, *LILACS* e o *Portal de Periódicos da CAPES*. Também foram incorporados aportes da História Cultural e da História Social que problematizam a presença da violência no processo histórico brasileiro, bem como os mecanismos simbólicos e discursivos que contribuíram para a naturalização do mito de uma nação essencialmente pacífica. Esse caminho foi adotado para possibilitar reflexões fundamentadas nos questionamentos formulados no início da pesquisa. Ao conceituar os principais eixos analíticos e estabelecer suas interrelações, foi possível compreender o tema de modo crítico, evidenciando tensões

⁸ BICALHO, Lucas Matheus Araujo; ALVES, Luís Fernando de Souza. A transfiguração do feminino na literatura brasileira: uma análise sobre a figura da Maria Moura (1992) como símbolo de resistência e subversão aos papéis de gênero. *Semina*, v. 24, n. 1, p. 63-82, 2025.

entre discurso e prática social, bem como os silenciamentos que sustentam determinadas narrativas.

A História Cultural foi mobilizada para analisar representações, discursos e mitos que contribuíram para a construção da ideia do brasileiro pacífico, enquanto a História Social foi utilizada para evidenciar os conflitos, as relações de poder e as diversas formas de violência presentes na formação histórica do Brasil. A articulação dessas perspectivas permitiu compreender o mito do pacifismo não como um dado natural ou consensual, mas como uma construção histórica situada, produzida e reproduzida por diferentes agentes e contextos ao longo do tempo.

2. O pacifismo como narrativa histórica e identidade nacional

O pacifismo brasileiro geralmente é apresentado como um traço constitutivo da identidade nacional, associado à ideia de um país avesso a conflitos e orientado pela conciliação. Essa representação não pode ser compreendida como um dado empírico da experiência histórica, mas como uma construção simbólica, produzida e difundida ao longo do tempo por meio de discursos. Esse pacifismo configura-se como uma narrativa que organiza sentidos sobre o passado e orienta percepções coletivas sobre o presente, cumprindo funções específicas na consolidação da identidade nacional, sem condizer com a realidade.

A historiografia crítica tem problematizado a associação recorrente entre pacifismo e identidade brasileira, indo contra a interpretação de que a ausência de envolvimento sistemático do país em guerras internacionais implique uma cultura política pacífica. Pensar em ausência de guerras como paz é confundir política externa e experiência real da sociedade. José Murilo de Carvalho⁹ argumenta que a história brasileira, marcada por conflitos sociais, revoltas populares, repressões estatais e práticas autoritárias persistentes, revela a presença da violência como instrumento de organização política e controle social. Assim, a não participação em guerras internacionais não é critério fidedigno para definir o pacifismo brasileiro, uma vez que ela coexiste com uma longa tradição de violência interna, o que inviabiliza a construção de uma identidade nacional fundada na ideia de paz social.

Nesse contexto, a noção de pacifismo é um mito fundador incorporado a narrativas históricas, sobretudo a partir do século XIX, quando se intensificaram os esforços de

⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

construção de uma identidade nacional coesa e legitimadora do novo Estado. A produção historiográfica oitocentista, os manuais escolares, os discursos políticos e as comemorações cívicas passaram a enfatizar imagens de conciliação, cordialidade e harmonia social, silenciando conflitos estruturais como a violência da escravidão, as rebeliões regenciais (Cabanagem, Balaiada e Sabinada) e a repressão sistemática às populações indígenas e às camadas populares. A Independência foi narrada como um processo ordeiro e consensual, apagando guerras, massacres e disputas regionais que marcaram sua efetivação. Segundo Lilia Schwarcz,¹⁰ essas e outras representações organizaram uma memória seletiva do passado e produziram uma autoimagem nacional confortável, capaz de naturalizar desigualdades sociais e raciais, ao mesmo tempo em que deslocavam a violência para fora do campo da identidade brasileira, apresentando-a como exceção, desvio ou resíduo do atraso.

O entendimento do pacifismo como mito fundador pode ser aprofundado por meio de um diálogo conceitual entre a teoria das tradições inventadas, de Eric Hobsbawm,¹¹ e a reflexão de Reinhart Koselleck¹² acerca das estruturas temporais da experiência histórica. Para o último, a historicidade moderna é marcada pela dissociação entre o espaço de experiência, o conjunto de vivências acumuladas e socialmente transmitidas, e o horizonte de expectativa, isto é, as projeções de futuro que orientam a ação política e a produção de sentido histórico. O conceito de *futuro passado* designa, então, o modo como determinadas expectativas de futuro moldam a interpretação do passado, reorganizando-o de acordo com necessidades presentes.

Benedict Anderson,¹³ ao tratar das comunidades imaginadas, aponta para o pacifismo como um dispositivo de coesão simbólica no processo de construção nacional. Segundo ele, a nação constitui-se como uma comunidade imaginada, produzida e sustentada por narrativas, símbolos e práticas culturais compartilhadas, capazes de gerar um sentimento de pertencimento entre indivíduos que jamais se conhecerão diretamente. A ideia de um povo pacífico opera, no caso brasileiro, como uma narrativa agregadora que contribui para a imaginação da comunidade nacional, oferecendo um repertório simbólico de identificação fundado na harmonia, na conciliação e na ausência de antagonismos explícitos.

¹⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

¹¹ HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

¹² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto / PUC-Rio, 2006.

¹³ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Essa narrativa não elimina a experiência histórica da violência, ela a configura simbolicamente, subordinando as vivências concretas de conflito, repressão e desigualdade a uma identidade coletiva idealizada. Desse modo, o pacifismo é um elemento estruturante da imaginação nacional, capaz de sobrepor uma unidade simbólica às fraturas sociais efetivas, a ponto de reforçar mecanismos de silenciamento e despolitizar conflitos que atravessam a história brasileira.¹⁴

Essa coesão simbólica tem um alto custo histórico, porque se sustenta no silenciamento das experiências de conflito, resistência e repressão que marcaram a formação social brasileira. Ao eleger a harmonia como traço identitário, as narrativas nacionais tendem a reclassificar revoltas populares, lutas sociais e confrontos raciais como anomalias episódicas, e não como expressões constitutivas das disputas em torno da cidadania e da inclusão política.

Ao analisar o processo histórico de construção da cidadania no Brasil, Carvalho¹⁵ demonstra que a ampliação de direitos ocorreu de maneira fragmentada, tutelada e dissociada da participação ativa da sociedade, o que contribuiu para a consolidação de uma cultura política avessa ao conflito aberto e desconfiada da mobilização popular. A valorização da ordem e da conciliação, celebradas como sinais de pacifismo, não expressa a ausência de violência, mas a internalização de uma estrutura política na qual o conflito é percebido como ameaça à estabilidade, mesmo quando essa estabilidade se apoia na exclusão, na repressão estatal e na limitação do exercício pleno da cidadania.

O pacifismo, enquanto narrativa histórica e dispositivo simbólico, cumpre uma função política que estabelece limites normativos sobre quem pode reivindicar direitos e sob quais formas essa reivindicação é considerada legítima. Ao apresentar o conflito como incompatível com a identidade nacional, o discurso da paz opera como mecanismo de deslegitimação da ação coletiva, enquadrando manifestações sociais, greves e movimentos populares como ameaças à ordem e à estabilidade, e não como expressões constitutivas da vida democrática.

Lilia Schwarcz¹⁶ afirma que essa estrutura sustenta uma leitura moralizante da política, na qual a contestação é associada à desordem, à incivilidade ou ao atraso, enquanto as desigualdades estruturais, sobretudo as de classe, raça e gênero, são naturalizadas ou tornadas

¹⁴ BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país. In: *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. 2009.

¹⁵ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

¹⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

invisíveis. O pacifismo, então, organiza e reorganiza uma memória seletiva do passado, bem como atua no presente como tecnologia de poder, regulando os modos de participação política e restringindo os horizontes de reivindicação democrática.

Esse conceito, portanto, deve ser compreendido não como um atributo essencial da sociedade brasileira, mas como um dispositivo que articula memória, identidade e poder. Ao se configurar como uma narrativa histórica dominante, ele contribui para a manutenção de uma ordem social desigual que produz uma imagem nacional fundada na conciliação e na negação do conflito. Analisar o pacifismo como construção historiográfica permite questionar uma identidade naturalizada e evidenciar os mecanismos simbólicos que sustentam a normalização da violência e o silenciamento das disputas sociais no Brasil.

3. Raízes históricas da violência na formação social brasileira

Pensar a violência como exceção na história brasileira significa aceitar uma leitura distorcida de sua formação social. Longe de se apresentar como ruptura da ordem, a violência é o alicerce sobre o qual se edificaram as estruturas econômicas, políticas e sociais do país. Desde a colonização, a coerção foi um recurso e princípio organizador da vida social, legitimado por discursos civilizatórios e naturalizado como condição para a produção da riqueza e manutenção das hierarquias.

De acordo com Caio Prado Júnior,¹⁷ o sentido da colonização brasileira esteve orientado por um projeto de exploração que só pôde se realizar mediante o uso sistemático da força, fazendo da violência um elemento constitutivo da experiência histórica nacional. Logo, a violência não é compreendida como um desvio da história nacional, mas como uma característica da experiência histórica brasileira, estruturando formas de dominação que se prologam para além do período colonial.

A destruição das populações indígenas e a expropriação sistemática de seus territórios constituem, assim, a face inaugural dessa ordem social fundada na violência. Segundo Darcy Ribeiro,¹⁸ o processo de formação do povo brasileiro esteve assentado na aniquilação física e cultural de inúmeros grupos indígenas, cujo desaparecimento foi naturalizado e, em muitos casos, explicitamente legitimado pelas narrativas coloniais e pelas ideologias do progresso.

¹⁷ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 2011.

¹⁸ RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Em diálogo com Caio Prado Júnior,¹⁹ percebe-se que o genocídio indígena não foi um efeito colateral ou uma distorção do projeto colonial, mas uma condição estruturante para a ocupação do território e consolidação do empreendimento econômico voltado à exploração. Assim, a violência agiu como meio de dominação, articulando coerção física, despossessão territorial e apagamento simbólico, o que permitiu sua inscrição duradoura nas formas de organização social e política que moldaram a experiência histórica brasileira.

A escravidão africana, por sua vez, aprofunda e desmente a ideia do pacifismo brasileiro. Manolo Florentino²⁰ afirma que o tráfico transatlântico e o regime escravista produziram uma economia sustentada pela coerção cotidiana, pela desumanização sistemática e pela vigilância constante dos corpos, tornando a violência um elemento ordinário e legitimado da vida social. Darcy Ribeiro²¹ indica que essa dinâmica foi central para a conformação de uma sociedade hierarquizada e racializada, na qual a violência era tolerada e naturalizada como meio legítimo de garantir a exploração do trabalho e a reprodução da ordem social.

Ao ocultar essa herança estrutural, a narrativa do pacifismo opera como uma construção ideológica que desloca a violência para o campo da exceção, silenciando seu papel constitutivo na formação histórica do país e reforçando uma identidade nacional fundada na negação do conflito.²² Nesse sentido, a violência colonial ultrapassava a esfera estritamente econômica e se infiltrava nas práticas culturais, religiosas e morais do cotidiano²³. Medo, punição exemplar e mecanismos de controle simbólico operavam lado a lado com a repressão física, formando um sistema de dominação.

Na leitura de Manolo Florentino,²⁴ a coerção não se restringia a momentos excepcionais de crise ou rebelião, mas estruturava relações sociais ordinárias, contribuindo para a naturalização da violência como componente legítimo da ordem. Ao revelar a presença contínua da violência nas práticas cotidianas e nos regimes de moralidade, essas interpretações reforçam a crítica ao mito do pacifismo brasileiro, ao demonstrar que a paz

¹⁹ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 201

²⁰ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

²¹ RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

²² SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

²³ SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

²⁴ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

aparente foi historicamente sustentada por dispositivos múltiplos de coerção e disciplinamento social.

Em seus estudos, Mary Del Priore²⁵ aprofunda a compreensão das raízes históricas da violência na formação social brasileira ao deslocar o olhar para o plano do cotidiano, das sensibilidades e da moralidade social. Ao analisar práticas de disciplina, punição e controle comportamental na América portuguesa, a autora evidencia que a violência não se restringia a grandes dispositivos institucionais da colonização, mas se enraizava nas relações ordinárias, moldando corpos, emoções e expectativas de conduta. O exercício da autoridade, o medo da punição e a interiorização da obediência constituíram elementos centrais na produção de uma ordem social hierárquica, na qual a coerção foi naturalizada como fundamento da convivência.

Ao incidir sobre o corpo e as emoções, a violência colonial afetou formas de sociabilidade e contribuiu para a consolidação de uma cultura política avessa ao conflito aberto, mas profundamente marcada pela desigualdade e pela exclusão. A aparente valorização da paz e da harmonia social não pode ser compreendida como negação da violência, mas como resultado histórico de sua internalização, o que reforça a crítica ao mito do pacifismo como traço constitutivo da identidade brasileira.

3.1 Cordialidade, conciliação e apagamento do conflito

O conceito de *homem cordial*, elaborado por Sérgio Buarque de Holanda²⁶ em *Raízes do Brasil*, tem sido frequentemente mal interpretado como sinônimo de gentileza, afabilidade ou vocação pacífica do brasileiro. Essa leitura equivocada esvazia o alcance crítico da formulação buarquiana. A cordialidade, em Sérgio Buarque,²⁷ não remete à civilidade moderna, fundada em regras impessoais e na mediação institucional dos conflitos, mas à primazia do *coração*, isto é, dos afetos, das lealdades pessoais e das relações privadas, na organização da vida social e política. O *homem cordial* age a partir de vínculos emocionais e interesses particulares, transportando para o espaço público lógicas próprias do mundo doméstico.

²⁵ PRIORE, Mary Del. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2011.

²⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

²⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Longe de indicar uma sociedade harmoniosa, essa forma de sociabilidade revela uma dificuldade histórica de separar o público do privado, o que fragiliza as instituições e torna o conflito menos visível, mas não menos violento. A cordialidade tende a deslocar os embates para o terreno das relações pessoais, onde prevalecem o favor, o compadrio e a exclusão daqueles que não pertencem às redes de proximidade. Desse modo, o conflito não desaparece; ele é administrado de maneira desigual, frequentemente por meio da informalidade, da arbitrariedade e da coerção.

Interpretações posteriores do conceito esvaziaram sua dimensão crítica, convertendo a cordialidade em sinônimo de gentileza, tolerância e conciliação. Essa leitura favoreceu a construção de uma narrativa que opõe o Brasil a sociedades marcadas por conflitos abertos, reforçando o mito do pacifismo nacional. Ao dissociar cordialidade de violência, tais interpretações ocultam que relações pessoais e afetivas podem coexistir com práticas autoritárias e excludentes, conforme argumenta Holanda.²⁸

Maria Sylvia de Carvalho Franco²⁹ contribui para a refutação da idealização da cordialidade ao examinar as relações sociais no Brasil oitocentista. Em *Homens livres na ordem escravocrata*, a autora demonstra que a aparente harmonia das relações pessoais ocultava um cotidiano estruturado pela violência, pela coerção e por múltiplas formas de dependência. A conciliação, longe de expressar equilíbrio ou consenso social, atuava como estratégia eficaz de dominação, assegurando a reprodução da ordem escravocrata por meio de vínculos informais de subordinação e da naturalização das desigualdades. A cordialidade não eliminava o conflito, senão que o deslocava para registros menos explícitos, porém mais duradouros e socialmente aceitos de controle, reforçando uma sociabilidade marcada pela assimetria de poder e pela negação do reconhecimento pleno da cidadania.

O argumento de Franco dialoga com a interpretação de Florestan Fernandes,³⁰ para quem a história brasileira é caracterizada por processos de acomodação conservadora, nos quais as elites, embora absorvam mudanças superficiais, mantêm intactas as estruturas fundamentais de poder. Nesse contexto, a conciliação surge como um mecanismo recorrente de neutralização do conflito social, permitindo a manutenção das hierarquias sociais sob a fachada de consenso e harmonia. Com isso, a ideia de pacifismo ou de uma sociedade brasileira pacífica e conciliadora se desintegra, porque a ausência de rupturas profundas não é

²⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

²⁹ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: UNESP, 1997.

³⁰ FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2008.

sinal de uma vocação para a paz, mas de uma estratégia eficaz das elites para administrar o dissenso e transformar a desigualdade em uma normalidade aceita. Em vez de resolver os conflitos, a conciliação reforça as bases de um sistema que, sob a aparência de ordem, perpetua relações de poder desiguais e excludentes.

A articulação entre esses autores permite questionar a falsa oposição entre conflito e civilidade que sustenta o mito do brasileiro pacífico. Ao contrário do que sugere essa narrativa, o conflito não representa uma ameaça à ordem, senão uma dimensão das relações sociais. O apagamento histórico das tensões e resistências, operado por meio da exaltação da cordialidade e da conciliação, contribuiu para deslegitimar o dissenso e naturalizar a violência estrutural. Ao recuperar essas interpretações, torna-se possível compreender como categorias aparentemente benignas foram mobilizadas para sustentar uma leitura pacificada da história brasileira, ocultando os conflitos que a atravessam.

Conectando as interpretações de Holanda,³¹ Franco³² e Fernandes,³³ torna-se evidente que a cordialidade e a conciliação não representam sinais de pacifismo, mas instrumentos de administração do conflito social. A exaltação da harmonia e da ausência de confrontos explícitos funciona como estratégia simbólica para legitimar desigualdades e silenciar resistências. O mito do brasileiro pacífico não reflete a experiência concreta da sociedade. Trata-se de um dispositivo histórico de poder, no qual o conflito é invisibilizado e a violência estrutural é naturalizada. Compreender essa dinâmica permite problematizar a ideia de civilidade como sinônimo de paz, revelando que a suposta harmonia encobre relações sociais profundamente assimétricas.

4. Modernização excludente e cidadania seletiva

A modernização brasileira, muitas vezes celebrada como avanço civilizatório ou processo de democratização, mostra-se excludente quando examinada de forma crítica. A abolição da escravidão e a consolidação da República, longe de romper com as hierarquias herdadas do período colonial, reorganizaram a exclusão, adaptando-a a novos modelos de

³¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

³² FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: UNESP, 1997.

³³ FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2008.

classe e raça. Florestan Fernandes³⁴ explica que essa incorporação dos setores subalternizados à sociedade de classes ocorreu de maneira assimétrica, garantindo a permanência de relações de dependência e vulnerabilidade. Com isso, direitos formais coexistiam com exclusões práticas, produzindo uma cidadania restrita e seletiva, na qual negros e pobres continuavam marginalizados, apesar da retórica legal de igualdade. Essa tensão entre a aparência de modernização e a realidade de exclusão permite compreender o Brasil como um espaço em que o progresso formal conviveu com a manutenção estrutural de desigualdades, revelando que a civildade proclamada mascarava mecanismos de dominação social.

A narrativa do pacifismo brasileiro, mobilizada como traço da identidade nacional, funciona como dispositivo de gestão do conflito e de legitimação da desigualdade. Estratégias de conciliação e consenso aparente permitiram às elites neutralizarem o dissenso, mantendo hierarquias e naturalizando relações desiguais.³⁵³⁶ Conforme afirma Mary Del Priore,³⁷ essas práticas não se restringiam à política formal, mas penetravam no cotidiano, moldando comportamentos, emoções e sensibilidades, de modo que a violência estrutural se interiorizava e adquiria um caráter socialmente aceitável.

A seletividade da cidadania reforça essas dinâmicas excludentes. Segundo Schwarcz e Starling,³⁸ a expansão formal de direitos beneficiou principalmente grupos historicamente privilegiados, enquanto negros, pobres e populações marginalizadas permaneceram à margem da proteção estatal. José Murilo de Carvalho³⁹ enfatiza que a cidadania foi concebida como um instrumento de controle social. Boaventura de Sousa Santos⁴⁰ acrescenta que a desigualdade se manifesta também nas normas, nas instituições e nas práticas cotidianas. Conseqüentemente, pacifismo e cordialidade atuam como mecanismos simbólicos que deslocam o conflito, tornando-o menos visível, e consolidam uma ordem social que se apresenta como pacificada, quando na realidade permanece estruturada pela exclusão, pela violência e pela reprodução histórica das desigualdades.

³⁴ FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2008.

³⁵ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: UNESP, 1997.

³⁶ FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2008.

³⁷ PRIORE, Mary Del. *História da vida privada no Brasil: república e modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

³⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

³⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

⁴⁰ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2006.

A cidadania seletiva no Brasil não se limita à esfera formal, mas se manifesta na prática cotidiana das instituições e nas políticas públicas. Isso indica uma persistência de desigualdades estruturais. De acordo com Fernandes,⁴¹ mesmo quando grupos subalternizados obtêm acesso a direitos formais, sua efetividade é limitada por barreiras econômicas, sociais e culturais, perpetuando relações de dependência. Segundo Schwarcz e Starling,⁴² a cidadania foi historicamente filtrada por critérios de raça, classe e região, de modo que a proteção estatal sempre foi distribuída desigualmente. A partir disso, amplia-se a análise ao se destacar que a exclusão simbólica e cultural reforça a seletividade da inclusão, fazendo com que direitos jurídicos e políticos coexistam com vulnerabilidades estruturais.

Diante disso, Mary Del Priore⁴³ e Lilia Moritz Schwarcz⁴⁴ demonstram que a exclusão no Brasil ultrapassou os limites da economia e da política, estendendo-se ao plano simbólico e cultural, especialmente nas construções sobre gênero, família e moralidade. Por isso, as narrativas de progresso, civilidade e harmonia social não apenas ocultaram desigualdades, mas também reforçaram a ideia de um país pacificado, mesmo em meio a conflitos latentes e tensões sociais. A modernização brasileira revela-se seletiva, pois, ao promover formalmente direitos e avanços civis, legitimou práticas de violência institucional e social como instrumentos de manutenção da ordem, consolidando uma sociedade que se apresenta inclusiva e progressista, enquanto reproduz mecanismos de exclusão.

Boaventura de Sousa Santos⁴⁵ e Pierre Bourdieu⁴⁶ oferecem instrumentos para compreender a modernização brasileira como um processo aparentemente inclusivo, mas estruturalmente excludente. Santos⁴⁷ evidencia que a expansão de direitos e a cidadania formal convivem frequentemente com formas de exclusão invisíveis, produzindo desigualdades naturalizadas e difíceis de contestar, que mantêm grupos historicamente marginalizados. Segundo Bourdieu⁴⁸, as estruturas de poder cultural, econômico e simbólico condicionam o exercício efetivo da cidadania, de modo que privilégios históricos são

⁴¹ FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2008.

⁴² SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

⁴³ PRIORE, Mary Del. *História dos jovens no Brasil*. UNESP, 2022.

⁴⁴ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

⁴⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2006.

⁴⁶ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

⁴⁷ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2006.

⁴⁸ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

reproduzidos mesmo em um contexto legal de igualdade formal. A modernização brasileira legitima mecanismos de dominação e hierarquização, revelando que direitos e cidadania coexistem com práticas persistentes de exclusão, desigualdade e violência.

5. Conflito social como ameaça: usos políticos do mito da paz

O mito do pacifismo no Brasil funciona como um dispositivo político de controle social, ao transformar o conflito em ameaça à ordem e ao deslegitimar movimentos coletivos que questionam desigualdades históricas. Margareth Rago⁴⁹ evidencia que greves, protestos e manifestações são frequentemente enquadrados como rupturas da harmonia nacional, mesmo quando expressam reivindicações legítimas de inclusão, justiça ou redistribuição social. Desse modo, a narrativa da paz nacional naturaliza a ausência de conflito como traço identitário e produz uma percepção coletiva de que a contestação se torna moralmente suspeita ou politicamente perigosa.

Ao reduzir o conflito a uma ameaça à estabilidade, essa construção simbólica também legitima práticas de repressão, invisibiliza tensões sociais profundas e consolida uma cultura de deslegitimação do dissenso, na qual as demandas por igualdade e participação são transformadas em transgressões à ordem pública. A função do mito do pacifismo é evidente ao se observar a distribuição de visibilidade e da legitimidade no espaço público. Segundo Jacques Rancière,⁵⁰ o conflito é constitutivo da política e qualquer tentativa de suprimi-lo reorganiza a ordem social, determinando quem pode falar, agir e reivindicar direitos.

No contexto brasileiro, essa ordem se manifesta no enquadramento de protestos e movimentos populares como ameaças à estabilidade, delimitando os limites da participação política e naturalizando desigualdades históricas. Conseqüentemente, a narrativa da paz atua como instrumento de despolitização, transformando demandas legítimas por direitos e inclusão social em perturbações da ordem, enquanto reforça uma percepção de harmonia nacional que oculta tensões, conflitos e injustiças estruturais, consolidando, assim, a dominação simbólica e a exclusão social.⁵¹

⁴⁹ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁵⁰ RANCIÈRE, Jacques. *A política da estética*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

⁵¹ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

A relação entre desigualdade e criminalização do dissenso no Brasil pode ser compreendida a partir da análise de Jessé de Souza,⁵² que evidencia como o discurso de pacificação funciona como instrumento ideológico para naturalizar privilégios históricos. Segundo ele, a narrativa de harmonia social transforma reivindicações legítimas por justiça e inclusão em ameaças à ordem, deslocando o conflito para o campo da ilegalidade ou da subversão. O pacifismo discursivo, portanto, oculta tensões sociais e legitima a manutenção das hierarquias existentes, reforçando a percepção de que a ordem e a estabilidade dependem da obediência e da submissão das populações marginalizadas. Ao criminalizar o dissenso e reconfigurar protestos como perturbações, o discurso da paz atua como mecanismo de preservação das desigualdades estruturais, protegendo os privilégios das elites e deslegitimando as demandas sociais por direitos e igualdade.

Silvia Federici⁵³⁵⁴ afirma que a violência estrutural atravessa as relações econômicas e as dimensões sociais e culturais da vida cotidiana. A naturalização das desigualdades e o controle sobre os corpos tornam a contestação coletiva vulnerável à criminalização e ao apagamento simbólico. O pacifismo funciona como dispositivo político capaz de transformar conflitos legítimos em supostas rupturas da ordem, reforçando a submissão de grupos marginalizados e consolidando o poder das elites. Para a referida autora, a violência estrutural não se reduz à repressão física; ela funciona e se estrutura como prática sistemática destinada a manter hierarquias sociais, deslegitimar a contestação e impedir que o conflito se constitua como instrumento político de transformação social.

Nesse sentido, a partir das abordagens de Michel Foucault,⁵⁵ é possível compreender o pacifismo brasileiro como uma tecnologia de poder que vai além da valorização da harmonia social. É algo que serve para regular corpos, comportamentos e formas de participação política, definindo quais conflitos são legítimos e quais devem ser controlados ou invisibilizados. Ao naturalizar a paz e enquadrar a contestação como ameaça à ordem, o pacifismo atua disciplinarmente, moldando percepções de normalidade e desviando o foco das tensões estruturais que atravessam a sociedade. Dessa forma, ele gerencia conflitos e produz um consenso tácito em torno da manutenção da ordem social, orientando as práticas individuais e coletivas segundo normas de submissão e conformidade.

⁵² SOUZA, Jessé de. *A tolice da inteligência brasileira*. São Paulo: Leya, 2017.

⁵³ FEDERICI, Silvia. *Além da pele*. São Paulo: Elefante, 2023.

⁵⁴ FEDERICI, Silvia. *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*. São Paulo: Elefante, 2021.

⁵⁵ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2008.

Além disso, a perspectiva foucaultiana mostra que essa pacificação atua como biopolítica, uma vez que a estabilidade social não depende apenas da repressão direta, mas também da internalização de padrões de comportamento e da naturalização das desigualdades. O pacifismo discursivo, ao transformar conflitos legítimos em supostas rupturas da ordem, despolitiza a contestação e protege privilégios históricos, consolidando hierarquias sociais e garantindo a reprodução silenciosa de relações de poder. Logo, a aparente paz não é neutra ou espontânea, é resultado de um exercício contínuo de poder que atua simultaneamente sobre corpos, normas e representações sociais, assegurando que as tensões estruturais permaneçam invisíveis e inofensivas ao estado das coisas.

Na realidade contemporânea, o mito do pacifismo molda percepções e práticas sociais, mesmo diante de episódios de violência explícita e ataques à democracia. A letalidade policial em favelas, como o massacre da Penha e Alemão em outubro de 2025, revela que a violência seletiva permanece invisibilizada e normalizada, sendo interpretada como controle necessário da ordem pública.⁵⁶ Ataques à democracia, como as manifestações de grupos bolsonaristas que questionaram e tentaram interromper o processo eleitoral em 2022, foram enquadrados de maneira controversa no debate público, alternando entre criminalização e minimização de riscos, revelando a seletividade com que se reconhece ou se deslegitima a contestação política.

Esses exemplos demonstram que a narrativa do pacifismo atua como instrumento de controle e despolitização, naturalizando a violência estrutural e reforçando a percepção de que apenas certas formas de contestação são legítimas, enquanto outras ameaçam a suposta harmonia social. Diante disso, o mito do pacifismo atua como mecanismo simbólico de naturalização das desigualdades, fazendo com que episódios de violência seletiva e exclusão social sejam percebidos como normais ou inevitáveis.

Silvia Federici⁵⁷ afirma que a violência estrutural atravessa relações econômicas, culturais e sociais, tornando a contestação coletiva vulnerável à criminalização e ao apagamento simbólico. No caso do Brasil, isso se manifesta na marginalização de comunidades periféricas e na deslegitimação de movimentos sociais que lutam por direitos, segurança e justiça, enquanto formas de violência institucional, como chacinas, operações policiais letais e ataques à democracia, muitas vezes permanecem normalizadas ou

⁵⁶ FEDERICI, Silvia. *Além da pele*. São Paulo: Elefante, 2023.

⁵⁷ FEDERICI, Silvia. *Além da pele*. São Paulo: Elefante, 2023.

minimizadas. Dessa maneira, o pacifismo disciplina a ação política, reforçando a reprodução das hierarquias históricas, consolidando privilégios das elites, além de restringir a possibilidade de transformações sociais reais.

CONSIDERAÇÕES

Superar as mazelas da formação social brasileira exige a abolição desse mito. Enxergar o Brasil como um país violentamente forjado e estruturalmente conflituoso não é um ato de pessimismo, mas uma condição para a construção de uma cidadania real. Somente assumindo o conflito como elemento vital da democracia é que será possível desmontar as hierarquias que a cordialidade esconde e que a modernização excludente preserva. A paz, diferente da pacificação autoritária, só poderá emergir do enfrentamento direto das violências que fundaram e sustentam a nação.